

A Filosofia, em todos os tempos, discute as questões mais cruciais da existência humana. Sem dúvida, uma destas questões é o exercício do poder. Por que um homem adquire poder sobre o outro, exigindo que seja obedecido? Não somos indivíduos, inteiramente responsáveis por esta nossa única existência na terra? Paradoxalmente a história nos ensina que as sociedades se organizam ao redor de estruturas de poder, em que alguns mandam, e outros obedecem. Este poder nas mãos de uns poucos pode garantir tempos de paz, mas também tempos de terror e opressão. Depende por quem e como são administradas as estruturas de poder. Em Nietzsche a vontade de poder se transforma na chave de leitura da história. Pode-se concordar, ou discordar de Nietzsche, mas, de fato, os grupos humanos não se estabilizam, nem perduram, sem a articulação de uma hierarquia de poder. Sociedades “anárquicas”, em que cada indivíduo se governa a si mesmo, sem nenhuma autoridade externa, rapidamente se dissolvem. Por isto, parece que delegações de poder, em qualquer grupo humano que queira perdurar, são absolutamente necessárias. Mas, como dito acima, tais poderes podem contribuir para o bem, como tornar-se tirânicos. Esta dupla face do poder se verifica constantemente através da história, e ainda hoje necessita de uma efetiva crítica filosófica. Na perspectiva do processo civilizatório, as reflexões filosóficas procuram contribuir para a solução dos problemas humanos. E o exercício do poder é uma das preocupações humanas que necessitam de uma vigilância constante por parte da razão filosófica. Esta vigilância filosófica já contribuiu, e deve continuar a contribuir na humanização do exercício do poder, em todas as instâncias onde um homem adquire poder sobre outros homens. O Fundador do cristianismo nos dá uma dica de como o poder deveria ser exercido entre os homens, quando ensina que “aquele que quer mandar, seja como alguém que serve”. É o poder de

serviço, e não de dominação. Se o poder sempre tivesse sido assumido como um serviço, certamente a história da humanidade seria diferente. Verifica-se, no entanto, que em geral o poder recorre à força e à violência para se fazer valer e dominar. Neste caminho de dominação instalam-se os mais diversos poderes: poder político, poder econômico, poder religioso; poderes legais e poderes paralelos; poder das drogas e das armas; poder da mídia e da publicidade... qualquer funcionário atrás de um bureau alimenta uma autoconsciência de poder. Por aí se compreende que Nietzsche mexeu com uma estrutura psicológica profunda quando acentuou a “vontade de poder”. Nesta avalanche de poderes, o que resta ao filósofo fazer? Assumir margens de poder? Isto seria compreensível se este poder fosse exercido no sentido político da República de Platão, ou no espírito cristão de serviço. O poder dos mais “sábios”, ou dos mais “santos”. Mas, a história nos ensina que nem mesmo o poder dos mais “sábios” e dos mais “santos” está imune a distorções. A história está repleta de “déspotas esclarecidos” e de teocratas opressores de consciências. Por isto, em relação a qualquer estrutura de poder o filósofo está convidado a exercer seu poder de crítica e de vigilância. Sem esta presença da crítica e análise racional, os poderes se corrompem. E, em vez de sua função de serviço à coletividade, serão manipuladores e opressores, materiais e espirituais da humanidade. Como filósofos, não sejamos corujas, que levantam vôo ao entardecer, tendo apenas olhos para ver na escuridão, mas sejamos “galos” que anunciam um novo amanhecer para a humanidade, sem poderes de dominação. O único poder válido é o poder de serviço, a serviço da coletividade, e não de si mesmo. No fim da vida ninguém nos perguntará se fomos obedientes e submissos aos que nos mandaram e oprimiram, mas se formos responsáveis pela vida que nos foi dada e a vivemos com liberdade.

**Inácio Strieder - Editor**